

CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS	

2	C
0	,
Ö	0
7	-
U	П

52

ROLIETO DE I EI Nº

AUTOR:	N° DE ORIGEM:
(DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN)	

Veda temporariamente o registro e comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados, e dá outras providências.

DESPACHO: 31/03/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 2.905, DE 1997)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 20105199

REGIME DE	TRAMITAÇÃO
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1
	1 1

F	PRAZO DE EMENDAS	3
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
		1 1
	1 1	1 1
# P	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1
	1 1	1 1

DISTRIBUIÇÃO / REDISTR	RIBUIÇÃO / VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:			
Comissão de:		Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	0.		
Comissão de:		Em:	1	1

DCM 3.17.07.003-7 (NOV/97)

CAMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 521, DE 1999 (DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN)

Veda temporariamente o registro e comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI № 2.905, DE 1997)



Apense-se ao PL. 2905/97.

Em 31/03/99 PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 521, DE 1959 (da Srª Deputada Vanessa Grazziotin)

Veda temporariamente o registro e comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Fica vedado, em todo território nacional, o registro e a comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados (OGM), que tenham como finalidade a alimentação humana ou animal, ou o cultivo comercial, pelo prazo de cinco anos, a contar da data da publicação desta lei.
- Art. 2º A pesquisa, teste, experiências ou atividades na área da biotecnologia e engenharia genética, envolvendo OGM, só poderão ser realizadas mediante licença do Ministério da Agricultura.
- Art. 3º Para os efeitos desta lei considerar-se-á as definições e conceitos de OGM, de Biotecnologia e de Engenharia Genética, expressos na lei federal nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995.
- Art. 4º O não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará os infratores às seguintes penalidades administrativas, independente da eventual responsabilidade civil ou criminal:





- I interdição imediata da atividade;
- II multa diária de duzentos (200) a mil (1.000) UFIR's;
- III cassação do registro de Licença de Operação da Empresa;
- IV apreensão dos produtos.
- § 1º Os produtos apreendidos, se, a critério do Ministério da Agricultura, oferecerem risco à saúde pública, serão incinerados.
 - § 2º As multas poderão ser aplicadas em dobro, no caso de reincidência.
- Art. 5º O Poder Executivo regulará esta lei no prazo de noventa dias, contados a partir da data de sua publicação.
 - Art.6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são experimentos recentes, realizados no âmbito da ciência de vanguarda contemporânea.

Esses experimentos necessitam passar por um período de maturação, durante o qual se examine suas implicações e seu impacto em todos os âmbitos da vida.

Têm sido reportados diversos casos de efeitos nocivos à saúde do consumidor de produtos que contêm substâncias provenientes de OGM, em especial reações alérgicas, que podem, inclusive, chegar a ser fatais.





Por outro lado, cientistas e técnicos especializados, têm mostrado preocupações com o impacto da liberação desses organismos na natureza, passível de causar desequilíbrios ecológicos de monta.

Esses mesmos especialistas alertam sobre o perigo da possível redução da biodiversidade, pela substituição dos produtos naturais por transgênicos estandardizados, criando-se culturas uniformes, com a perda da variabilidade genética e ameaça à existência até mesmo de espécies utilizadas pelo homem.

Questiona-se também, frequentemente, a impropriedade ética do patenteamento de experiências com seres vivos, que é o pilar da comercialização dos **OGM** ou produtos transgênicos.

Ademais, a legislação hoje existente, não assegura a possibilidade de escolha consciente pela população sobre consumir ou não tais produtos. Falta regulamentar estritamente o direito de acesso à informação, no que tange ao conteúdo de produtos alimentares e de uso pessoal, com indicações sobre a participação de **OGM** em sua composição, e os riscos envolvidos em seu consumo.

O projeto que ora apresentamos, pretende declarar um espécie de moratória à comercialização de produtos transgênicos, impedindo, inclusive, o seu registro, até que o acúmulo de experiências e de pesquisas elucide tais dúvidas, permitindo asseverar a inocuidade de tais produtos, e a possibilidade de manter o impacto sobre o meio ambiente dentro de limites aceitáveis, afastados os riscos de hoje.

Sala das Sessões, 31 de maco 1999.

Deputada VANESSA GRAZZIOTIN



PL Nº 521/1999

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



LEI Nº 8.974, DE 05 DE JANEIRO DE 1995

REGULAMENTA OS INCISOS II E V DO § 1º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE NORMAS PARA O USO DAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA GENÉTICA E LIBERAÇÃO NO MEIO AMBIENTE DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR, NO ÂMBITO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

no uso das transporte, geneticamente	Esta Lei estabele técnicas de enger comercialização, e modificado (OG plantas, bem com	nharia genét consumo, M), visando	tica na cons liberação a proteger a	strução, cultiv e descarte	o, manipulação de organismo

